

Poucos ganham e muitos perdem com o ajuste fiscal

Falta dinheiro para o setor público, sobra para juros

Em contrapartida ao discurso da falta de dinheiro, na prática a questão é para onde o dinheiro vai. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, que acompanha o endividamento público no Brasil, em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Isto é 12 vezes o gasto com educação, 11 vezes o gasto com saúde e mais que o dobro dos gastos com a Previdência.

Em 2015, com a política de ajuste fiscal assumida pelo governo, com aplausos da mídia conservadora e dos bancos, vai aumentar ainda mais a transferência de recursos públicos para as contas dos parasitas que vivem da especulação financeira com títulos do tesouro. Desde o segundo turno, a taxa de juros saltou de 11 para 12,25%.

A revista VEJA, porta-voz desses setores, fez capa elogiando o novo Ministro e suas medidas de arrocho. Em resumo, ajuste fiscal significa tirar dos trabalhadores e classe média para engordar as contas dos ricos. A receita é corte nos gastos públicos (salário de servidores e políti-

cas sociais) e aumento dos juros para felicidade da nobreza econômica. Quando a mídia fala em crise e aponta como única solução o ajuste fiscal, está simplesmente defendendo os interesses da classe a que pertencem os donos das mega empresas de comunicação (grandes grupos "jornalísticos" de rádios, jornais e televisões).

Quanto mais atacam o governo, mais o governo se acovarda e cede aos interesses anti-trabalhadores dos parasitas da especulação. Quanto mais cede, mais os conservadores avançam, como vimos na eleição da Câmara Federal, quando um legítimo representante do que há de pior na política foi eleito Presidente e já entregou a Reforma Política ao ultra-conservador DEM e o projeto de privatização da Caixa Econômica Federal ao PSDB.

Nesta linha, no Paraná, o governador Beto Richa tentou cortar diversos benefícios dos professores, num pacote que iria passar em rito-relâmpago pela Assembleia Legislativa. A categoria respondeu à altura: 100% entraram em greve e milhares de professores ocuparam a Assembleia e imediações e impediram a votação.

Já enfrentamos isso. Enfrentaremos de novo

Este é o quadro que teremos que enfrentar se pretendemos manter o poder aquisitivo dos nossos salários. Para isso, não bastarão reuniões com deputados ou ofícios protocolados. A única possibilidade de revertermos o quadro totalmente adverso é unindo todos os servidores federais numa única frente e construindo uma grande greve.

Já fizemos isso em outros tempos e voltamos a fazer em 2012 quando conseguimos arrancar os 15% em três vezes

que não resolveu, mas diminuiu o prejuízo. Este ano, os federais começaram unidos e dispostos a parar o setor público nos dias 7, 8 e 9 de abril. Mas nada disso acontece do nada. É preciso que cada um de nós se disponha a discutir o assunto e parar em abril. São só três dias, mas se o movimento for massivo, será sentido pelos três poderes e poderá abrir caminho para um reajuste. É hora de cada um começar a pensar.

Ato unificado dos federais abre campanha em Brasília

Nesta semana os servidores lançaram a campanha salarial com atos na Câmara dos Deputados e no Senado, expondo a indignação da categoria com o acordo de cúpula firmado no ano passado entre o governo Dilma, o STF e as lideranças parlamentares que excluiu os projetos salariais dos trabalhadores.

No âmbito do Judiciário, a campanha salarial também precisa aprofundar, entre outros

aspectos, a crítica a uma realidade que tem seus efeitos cada vez mais sentidos: a expressiva parcela de salário representada pelas FCs.

As funções são uma ferramenta altamente nociva de gestão, porque o mecanismo de nomear e desnomear, de privilegiar uns e não outros, implica perda de autonomia dos servidores e vira moeda de troca e de pressão por subserviência silenciosa, sempre à disposição das administrações.

Fique atento

Participe do debate no seu local de trabalho

Dia 4 (quarta)

13h30: TRT Esteves Júnior

16 horas: Varas do Trabalho

Dia 5 (quinta)

16 horas: Justiça Federal

Dia 6 (sexta)

16 horas: TRT Rio Branco

Dia 10 (terça)

13h30: TRE Rio Branco

16 horas: TRE Esteves Júnior

Assembleia Geral

Dia 11 (quarta-feira), 16 horas, no TRT Esteves Júnior

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares